



JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS

PLANO

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Diretor do Foro

Juiz Federal Dr. Aloysio Cavalcanti Lima

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal Dr. André Luís Maia Tobias Granja

Diretor Administrativo

Gustavo de Melo Silva

Diretora de Gestão de Pessoas

Maria Teresa Lima Aragão

Supervisora da Seção de Treinamento e Desenvolvimento

Adriana Amancio de Almeida Oliveira

Elaboração

Seção de Treinamento e Desenvolvimento

2025

JUSTIÇA FEDERAL DE ALAGOAS

Av. Menino Marcelo, s/n - Serraria

CEP: 57046-000

Endereço Eletrônico: www.jfal.jus.br

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO
- DIRETRIZES
- OBJETIVO
- RESULTADOS ESPERADOS
- PROGRAMAS
- CAPACITAÇÕES LOCAIS

APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Capacitação (PAC) da Seção Judiciária de Alagoas obedece a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, o Projeto Político-Pedagógico para Capacitação e Desenvolvimento dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, o Programa Permanente de Capacitação de Servidores da Justiça Federal – PNC e a Resolução TRF5, que institui o Programa de Capacitação no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

O Plano foi elaborado a partir do levantamento de necessidades de capacitação junto aos gestores das unidades do órgão e constitui um instrumento norteador das ações educacionais que serão promovidas no decorrer do ano de 2025. Tais ações compreendem eventos, cursos, treinamentos, presenciais e à distância, bem como, ações de educação formal.

É um instrumento contínuo de gestão de capacitação, que contempla as ações de aperfeiçoamento voltadas à necessária habilitação técnica para a formação básica e/ou específica dos servidores, considerando às áreas de interesse da Justiça Federal.

Segundo a Resolução CJF nº 126, de 22 de novembro de 2010, consideram-se áreas de interesse da Justiça Federal aquelas necessárias ao cumprimento de sua missão institucional, relacionadas aos serviços de processamento de feitos; execução de mandados; análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito; estudo e pesquisa do sistema judiciário brasileiro; organização e funcionamento dos escritórios judiciais e as inovações tecnológicas introduzidas; elaboração de pareceres jurídicos; redação; gestão estratégica, de pessoas, de processos, e da informação; material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno; segurança; transporte; tecnologia da informação; comunicação; saúde; engenharia; arquitetura, além dos vinculados a especialidades peculiares a cada órgão do Poder Judiciário da União, bem como aquelas que venham a surgir no interesse do serviço.

Por fim, cabe destacar que este plano não tem caráter vinculativo e não pretende esgotar as possibilidades de capacitação existentes e necessárias, sendo possível que outras ações, não contempladas no PAC, surjam ao longo do exercício. Neste caso, serão analisadas quanto à sua pertinência e viabilidade financeira, conforme as necessidades estratégicas da Instituição. Além disso, está sujeito à disponibilidade orçamentária.

DIRETRIZES

- Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- Plano Estratégico Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos servidores do poder judiciário do Conselho Nacional de Justiça;
- Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal;
- Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região;
- Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal da 5ª Região;
- Recomendações da área de auditoria e dos órgãos fiscalizadores;
- Leis e normativos vinculados à capacitação de servidores do Poder Judiciário.

OBJETIVO

Desenvolver meios apropriados para aprimorar as competências dos servidores da Justiça Federal da 5ª Região (JFAL), promovendo a constante atualização do conhecimento sobre a legislação que orienta as áreas judiciária e administrativa. Nosso propósito é alcançar a eficiência na prestação de serviços, proporcionando um ambiente propício ao aprendizado e à troca de experiências. Buscamos criar condições que estimulem o desenvolvimento dos servidores, fortalecendo suas competências essenciais para alcançar a excelência em suas respectivas áreas de atuação. Acreditamos que essa abordagem contribuirá de maneira efetiva para elevar a qualidade dos serviços oferecidos pela JFAL.

RESULTADOS ESPERADOS

1. Cumprimento de um maior número de exigências de capacitação oriundas dos normativos da área;
2. Maior número de gestores capacitados;
3. Mais servidores capacitados no exercício;
4. Maior percentual de capacitações segmentadas por áreas funcionais;
5. Maior número de ações realizadas por instrutores internos;
6. Otimização dos recursos orçamentários disponíveis para a capacitação.

PROGRAMAS

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

O Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG visa atender às determinações da Portaria Conjunta nº3/2007 do STF e Tribunais Superiores, a Resolução nº536/2006 do CJF, que trata do Programa Permanente de Capacitação de Servidores da Justiça Federal–PNC, e os princípios da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, contidos na Resolução nº192/2014 do CNJ.

O objetivo geral do PDG é criar um ambiente de valorização da gestão e dos gestores por meio de estratégias de aprendizagem contextualizadas para o desenvolvimento de lideranças com ênfase no desenvolvimento das competências gerenciais gerais, estratégicas e técnicas requeridas.

PROGRAMA DE RECICLAGEM ANUAL DE SEGURANÇA

O Programa de Reciclagem Anual de Segurança, tem por objetivo dar cumprimento ao previsto na Resolução nº 704-CJF de 27 de abril de 2021, que dispõe sobre o Programa de Reciclagem Anual de Segurança no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, assim como, regulamenta sobre a obrigatoriedade da participação do (a) servidor(a) em programa de reciclagem anual para recebimento da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO DOS NOVOS SERVIDORES

Com o intuito de facilitar o processo de adaptação do recém-chegado, oferecemos indicações de capacitação essenciais para o desenvolvimento de competências fundamentais e habilidades técnicas específicas, direcionadas aos recém-ingressos nas carreiras judiciárias.

No ano de 2025, serão indicados cursos essenciais, incluindo ética no serviço público, SEI, proteção de dados pessoais no setor público e sustentabilidade na administração pública. Essas capacitações visam não apenas fortalecer as habilidades profissionais, mas também contribuir para a construção de um ambiente de trabalho mais ético, eficiente e sustentável.

CAPACITAÇÕES LOCAIS

ÁREA/TEMÁTICA	AÇÃO PREVISTA	MODALIDADE	PERÍODO PREVISTO
Inovação	Utilização da Inteligência artificial no trabalho – Varas e SECAD	Empresa - online	Abril
Ferramentas de Trabalho	SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado - Prática	Instrutoria Interna - Presencial	Abril
Ferramentas de Trabalho	Linguagem Simples - textos jurídicos e administrativos em órgãos públicos	EDUCERE ou Enap	Junho
Ferramentas de Trabalho	Oficinas de EXCEL avançado para SECAD	Instrutoria Interna	Maior
Desenvolvimento Gerencial	Trilha de Cursos Gratuitos	Online - Resolução do CNJ 227/2016	Durante todo o ano
Segurança Institucional	Curso GAS	Presencial - Resolução nº 704 – CJF/2021	Outubro/novembro
Segurança Institucional	Defesa pessoal (Violência doméstica)	Presencial - Resolução Nº 102 CNJ/2021	Agosto
Segurança Institucional	Curso para uso e manuseio de arma não letal.	Presencial	Junho
Segurança Institucional	Direção defensiva e evasiva para agentes e motoristas.	Presencial	Agosto
Segurança Institucional	Instrução e operações em ambientes abertos e confinados.	Presencial	Outubro
Almoxarifado	Logística de Almoxarifado	Empresa	Agosto
Contratos e Licitações	Elaboração de estudo técnico preliminar (ETP), mapa de risco, termo de referência e projeto básico, de acordo com a nova lei nº14.133/2021.	Presencial - Instrutoria Interna	Maior
Contratos e Licitações	Índice de Medição de Resultados (IMR/ANS/SLA); Depósito e liberação de recursos em conta vinculada; Reequilíbrio (Reajuste, Repactuação e Revisão) das Contratações e aplicação de sanções contratuais	Presencial - Instrutoria Interna	Agosto

	Elaboração da Planilha de Custo e Formação de Preços nas Contratações de Serviços de engenharia.	Empresa	Junho
Ferramentas de Trabalho	Curso REVIT	Empresa	Maio
Ferramentas de Trabalho	Orçamento de obras - metodologia BIM.	Empresa	Abril
Acessibilidade e Inclusão	Atendimento ao Público com foco em inclusão e acessibilidade	Resolução 401 CNJ/plano de ação da CAI-SJAL.	Setembro
Acessibilidade e Inclusão	Curso de Libra	Presencial - Resolução 401 CNJ/plano de ação da CAI-SJAL.	Agosto/Setembro
Segurança do trabalho e prevenção de acidentes	Brigada de Incêndio – Interior	Presencial - Empresa	Maio
TI	Treinamento Zabbix – Módulo II	Online - Empresa	Abril
Judicial	Cálculo de RMI	Online	Maio
Judicial	Maestria Judicial digital	Presencial - Instrutoria Interna	Junho
Judicial	Juiz de Garantia	Instrutoria Interna	A definir
Saúde	Saúde Mental e Segurança Emocional	Resolução do CNJ 576/2024	Abril
Finanças Pessoal	Gestão Financeira	Online	Agosto
Ferramentas de Trabalho	Treinamento presencial com o equipamento DEA Traiber Jezer	Presencial	Abril



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA AMANCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 19/02/2025, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4902444** e o código CRC **297BEEE6**.